

## 1ª SEMANA NACIONAL DO REGISTRO CIVIL

Inicia hoje na sede administrativa da Defensoria Pública do Estado, a 1ª Semana Nacional do Registro Civil, para emissão de 2º via certidões de nascimento para população vulnerável. A ação acontece em parceria com o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal de Justiça do Estado, e tem como objetivo ampliar o acesso à documentação básica no Espírito Santo.

Para receber atendimento, basta o cidadão comparecer à Defensoria Pública portando algum documento pessoal, comprovante de residência e renda. Caso a documentação esteja correta, serão dados os encaminhamentos para emissão do novo documento. Em situações em que haja necessidade de apresentação de outro tipo de documentação, a orientação será dada no ato do atendimento, para que a solução seja a mais rápida possível.

**Local:** Sede administrativa DPES –  
Praça Manoel Silvino Monjardim, nº 54,  
Centro, Vitória – ES  
**Data:** 8 a 12 de maio de 2023  
**Horário:** 12h às 17h

## CONTEÚDO

*Notícias da DPES - 1*

*Jurisprudência STJ-2*

*Jurisprudência do TJES-4*

*Legislação-6*

*Atualidades Jurídicas-7*

## Jurisprudência STJ

**EMENTA: RECURSOS ESPECIAIS. PENAL. LATROCÍNIO E ROUBOS MAJORADOS EM CONCURSO FORMAL. CONDENAÇÕES FUNDAMENTADAS EM RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO. INOBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ART. 226 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. AUSÊNCIA DE CERTEZA NO RECONHECIMENTO. FRAGILIDADE PROBATÓRIA. AUSÊNCIA DE OUTRA FONTE MATERIAL INDEPENDENTE DE PROVA. LEADING CASE DA SEXTA TURMA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: HC 598.886/SC, REL. MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ. CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL RETRATADA EM JUÍZO. INSUFICIÊNCIA PARA DAR SUPORTE A UMA CONDENAÇÃO CRIMINAL. RECURSOS ESPECIAIS PROVIDOS. [Clique aqui e confira](#)**

## **Jurisprudência STJ**

**EMENTA: PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. RECLUSÃO COM DETENÇÃO. POSSIBILIDADE. ART. 111 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. [Clique aqui e confira](#)**

**EMENTA: PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CRIME DE RECEPÇÃO QUALIFICADA. NÃO COMPROVAÇÃO DA HABITUALIDADE. ATIVIDADE QUE NÃO SE ENQUADRA NO CONCEITO LEGAL DE ATIVIDADE COMERCIAL OU INDUSTRIAL. AGRAVO NÃO PROVIDO. [Clique aqui e confira](#)**

## Jurisprudência do TJES

**EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS. QUERELA NULLITATIS. HOMOLOGATÓRIA DE ACORDO PARA ALIENAÇÃO DE IMÓVEL. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DE PARTE COPROPRIETÁRIA. NULIDADE RECONHECIDA. DANOS MORAIS INDEVIDOS. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DEFERIDA APENAS AOS REQUERIDOS. RECURSOS DOS REQUERIDOS PARCIALMENTE PROVIDOS. RECURSO DA REQUERENTE DESPROVIDO. [Clique aqui e confira](#)**

**EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO TRIBUTÁRIO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS EM EMBARGOS À EXECUÇÃO EXTINTOS POR DESISTÊNCIA. DESISTÊNCIA FOI EXIGÊNCIA DO ACORDO FIRMADO ENTRE A EMPRESA E O ENTE PÚBLICO. IMPOSIÇÃO DA NORMA LOCAL QUE REGE O BENEFÍCIO. DESNECESSIDADE DE ENFRENTAMENTO DE TODAS AS TESES ADUZIDAS PELAS PARTES. INEXISTÊNCIA OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. MERO INCONFORMISMO DA PARTE. [Clique aqui e confira](#)**

## Jurisprudência do TJES

**EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. USO DE CARRO OFICIAL PARA FINS PARTICULARES. INEXISTÊNCIA DE PROVA DE QUE SE TRATASSE DE USO HABITUAL. MENOR POTENCIAL OFENSIVO. SUPERVENIÊNCIA DE LEI NOVA, MAIS BENÉFICA, QUE VEDA A CUMULAÇÃO DE SANÇÕES. REDUÇÃO DAS PENAS IMPOSTAS AO RÉU. MANUTENÇÃO DA CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE MULTA CIVIL. RECURSO. [Clique aqui e confira](#)**

**EMENTA: APELAÇÃO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PLANO DE SAÚDE. PRETENSÃO DE REEMBOLSO. UTILIZAÇÃO DE HOSPITAL NÃO CREDENCIADO. NECESSIDADE DE RESSARCIMENTO APENAS DAS DESPESAS QUE O SEGURADO TERIA NA REDE CREDENCIADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. [Clique aqui e confira](#)**

## **INOVAÇÕES LEGISLATIVAS**

- **Decreto nº 11.511, de 28.4.2023**

**Publicado no DOU de 28.4.2023 - Edição extra  
Institui o Grupo de Trabalho para Mitigação e  
Reparação dos Efeitos do Tráfico de Drogas  
sobre as Populações Indígenas. [Clique aqui e  
confira](#)**

## ATUALIDADES JURÍDICAS

- STJ autoriza prisão domiciliar para devedora de alimentos que cuida de filho menor. [Clique aqui e confira](#)
- Mesmo sem ação penal, juiz deve ouvir vítima antes de revogar medida protetiva. [Clique aqui e confira](#)
- Plano de saúde terá de ressarcir custo de cirurgia por negativa indevida. [Clique aqui e confira](#)
- Guarda compartilhada de criança deve ser adotada como regra, decide TJSP. [Clique aqui e confira](#)
- Banco deverá indenizar cliente por cobrança de dívida prescrita em local trabalho. [Clique aqui e confira](#)